

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O ACESSO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E O ESTADO

STUDENT ASSISTANCE: ACCESS TO QUALITY EDUCATION AND THE STATE

Lauren Dri Bacin¹
Juliana Zambelli Nogueira²
Magda Nunes de Carvalho³
Marcelino Ortiz Tamara⁴
Guilherme Amaral Nunes⁵
Jaderson da Silveira Prochinski⁶

RESUMO: Ao longo dos anos, muitas mudanças sociais vieram com o aumento do número de estudantes que buscam o ensino superior. Como mais universidades foram abertas no Brasil, mais empregos nessa área surgiram. A democratização do acesso ao ensino superior tem causado mudanças significativas na forma como as universidades aceitam os alunos. Antes dessa mudança na política educacional, as universidades aceitavam apenas alunos com boas notas e experiências educacionais. No entanto, com o acréscimo de políticas de inclusão social e acessibilidade, alunos de famílias mais pobres e com diferentes níveis de escolaridade foram aceitos nas universidades. Isso levou a muitas perguntas importantes sobre a permanência de estudantes universitários em todos os países. Foi apenas após 1930 que as discussões e debates sobre assistência estudantil se tornaram comuns. Essas discussões giravam em torno da criação das primeiras universidades brasileiras. A criação dessas escolas coincidiu com a criação de um sistema governamental de regulamentação da assistência estudantil. Este documento procura criar uma lista sistematizada de tópicos e ideias que têm sido discutidas sobre este assunto específico. Pretende-se indicar as muitas opiniões divergentes sobre este tópico específico, bem como criar um método sistematizado para determinar quais ideias são viáveis. Ideais e conceitos muitas vezes estão em desacordo devido à dificuldade de criar um programa de atendimento ao aluno.

1163

Palavras-chave: Educação. Assistência. Estado.

¹Graduada em ciências sociais pela instituição IBRA.

² Graduada em pedagogia em sociologia pela instituição FAVENI.

³ Graduada em direito pela instituição UNIRITTER.

⁴Graduado em pós-graduação em gestão pública pela instituição FOCUS.

⁵Graduado em pós-graduação em direito penal pela instituição DAMASIO DE JESUS.

⁶ Graduado em administração pela UFSM.

ABSTRACT: Over the years, many social changes have come with their increase in the number of students seeking higher education. As more universities opened in Brazil, more jobs in this area emerged. The democratization of access to higher education has caused significant changes in the way universities accept students. Prior to this change in educational policy, universities only accepted students with good grades and educational experiences. However, with the addition of social inclusion and accessibility policies, students from poorer families and with different levels of education were accepted into universities. This has led to many important questions about the stay of university students in all countries. It was only after the 1930s that discussions and debates about student assistance became common place. These discussions revolved around the creation of the first Brazilian universities. The creation of these schools coincided with the creation of a government system for regulating student assistance. This document seeks to create a system of topics and ideas that have been discussed on this specific issue. It is intended to indicate the many divergent opinions on this particular topic, as well as to create a systematized method for determining which ideas are viable. Ideal and concepts are often a challenge due to the difficulty of creating a student service program.

Keywords: Education. Assistance. State.

INTRODUÇÃO

As universidades brasileiras estão sendo reformadas de acordo com a democratização da sociedade. Esse processo impulsiona a criação de novas políticas universitárias e a expansão das universidades. Além disso, o acesso ao ensino superior é ampliado e os alunos são incentivados a permanecer na escola. O Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes substituiu recentemente a assistência estudantil como política pública. No entanto, a assistência estudantil ainda é destaque na comunidade acadêmica devido a programas como o Reuni e o sistema ENEM/SISU.

Além disso, recentemente foi aprovada uma nova legislação que aumentou a proeminência da assistência estudantil ao implementar cotas no programa SISU. A União Nacional dos Estudantes liderou o encargo de fornecer educação pública para o bem público. Seus esforços desencadearam um movimento estudantil nacional que pressionou pela criação de um sistema de assistência educacional. Após vários anos de trabalho árduo, o Fonaprace e a UNE lideraram a criação do atual sistema de assistência estudantil.

A criação deste sistema é uma prova do poder do ativismo estudantil. Estudantes, educadores, empresários, funcionários do governo e outras partes interessadas contribuem para a criação da AE. Ao longo do tempo, muitas interpretações diferentes do símbolo emergem da ampla gama de perspectivas envolvidas em sua criação. Isso se deve ao fato de

que a EA existe em múltiplos contextos sociais ao longo do tempo. Algumas sugestões adotadas por instituições de ensino superior têm efeitos duradouros em implementações futuras.

Este artigo tem como objetivo fazer uma síntese atual dos principais debates sobre o Sistema Acadêmico Nacional (AE) ocorridos ao longo dos anos. O autor espera que esta discussão sistematize as ideias e conceitos que foram apresentados por todos os lados de uma discussão, para que possam ser aplicados às discussões atuais de NA. Algumas dessas concepções, apresentadas pelo discurso nacional, têm origem na democratização do ensino superior no país. Essa política pública de educação foi criada em resposta a eventos sociopolíticos específicos. Esse contexto histórico ajuda os alunos a entender as implicações políticas da criação da política, o que incentiva o debate futuro sobre seus efeitos.

ESTADO E EDUCAÇÃO

Primeiramente, é necessário compreender a gênese e o caráter ontológico de um âmbito do conhecimento com o intento de se otimizar o seu entendimento, consequências e acepções. Assim, em uma pesquisa sobre ações afirmativas, assistência estudantil, permanência, e inclusão é imprescindível compreender a estrutura social e o papel do Estado:

1165

A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados; mas desses indivíduos não tais como aparecem nas representações que fazem de si mesmos ou nas representações que os outros fazem deles, mas na sua existência real, isto é, tais como trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade (MARX; ENGELS, 2006, p. 18).

Observamos assim, a relação dialética e complexa da existência real dos indivíduos na perspectiva marxista, onde a realidade material objetiva vem antes do pensamento humano e os influencia. Nessa perspectiva, a sociedade pode ser entendida como a extensão material que compreende as idealizações sociais que sustentam o Estado. Estado este, idealizado pela família, pela sociedade, sendo uma projeção ilusória de um ser material.

Para que a discussão sobre o Estado tenha suas bases, é preciso pontuar o sistema econômico que se encontra em vigência até os dias de hoje e que fornece as bases necessárias para que esse Estado tenha em constante manutenção o seu poder. Marx e Engels (2006), definem que existem características em comum que podem nortear os estudos e a compreensão dos movimentos que levaram os homens a internalizarem como adequado um estilo de sociedade baseado em um sistema econômico como o capitalismo:

- “O recuo das bandeiras naturais”: o reconhecimento e o desenvolvimento da força humana de trabalho como via potencial para alterar a natureza, o meio e principalmente como meio de produção, agindo em processo de dominação dessa natureza;
- Autoprodução humana: movimento de busca de expansão das possibilidades de sociabilização e de conexão com os demais seres, reduzindo ainda essa conexão com o meio, com a natureza, de forma quase que proporcional;
- Intensificação da relação do homem com o materialismo: as conexões dos homens passam a ser influenciadas de forma direta por questões relacionadas ao materialismo, em um processo que coloca esse materialismo como superior até mesmo às questões humanas.

Logo, em um processo lógico se formam as bases para a implementação e manutenção de um sistema capitalista: a natureza deixa de ocupar um lugar central para ser um meio pelo qual são obtidos os materiais necessários para que esse mecanismo siga, o homem se reconhece como uma ferramenta que possui potencial para viabilizar essa produção, principalmente quando reconhece que a sua forma de trabalhar se associa com a qualidade e a quantidade final, suprimindo ou não as expectativas inicialmente colocadas sobre ele, agindo assim na viabilização do capital necessário para que ele possa obter os bens de consumo que deseja. Assim, questões humanas, emancipação, desenvolvimento de senso crítico, educação, liberdade, movimentos sociais, ficam em segundo plano, sendo substituídas de forma gradativa pela ideia de que o homem deve se formar para ser capaz de produzir e consumir.

1166

Para Postone (2014), a teoria das classes está no centro da teoria social de Marx, pois são as classes sociais formadas dentro de um determinado modo de produção que tendem a estabelecer uma forma particular de Estado, animar conflitos políticos e provocar mudanças importantes na estrutura da sociedade.

Marx, considera a sociedade heterogênea, onde os grupos sociais possuem características socioeconômicas distintas, além de ser composta por classes sociais sustentadas por ideologias elitizadas. Para Marx, a sociedade é considerada capitalista onde há valorização de bens materiais e não do bem-estar coletivo (AMORIM, 2009).

Esse processo, de maneira geral, pode ser associado ao processo de conformação de uma sociedade sobre os abusos e o comportamento submisso que precisa manter para reduzir e evitar situações de opressão e retaliação por parte daqueles a quem é interessante manter a engrenagem da sociedade funcionando da exata forma em que ela se encontra. Enquanto isso, a emancipação, que compreende na revolução do proletariado em meio a esse sistema,

tomando seu lugar de protagonista do seu próprio processo de produção, carrega o estereótipo de um processo completamente utópico.

O capitalismo impacta de forma direta na ausência de espaços adequados para o estudo e o desenvolvimento intelectual, apenas para a manutenção de um sistema que privilegia uma pequena parte da população e a manutenção do poder político, econômico e dos possuidores dos meios de produção. Contribuindo com a formação de uma população muito mais fácil de tornar-se massa de manobra, uma vez que o senso crítico exige tempo e esforço para ser desenvolvido e isso segue sendo gasto com a prioridade de sobrevivência através da venda do tempo e da força de trabalho pela recompensa financeira.

No materialismo dialético podemos afirmar que a burguesia agia como uma tese, enquanto o proletariado seria a sua antítese. A forma como o capitalismo não abre espaço para a educação, sobretudo para aqueles(as) alunos(as) que derivam das classes sociais mais baixas é uma representação clara do constante conflito que deve haver entre a burguesia e esse povo classificado como proletariado.

De maneira geral, é possível afirmar que a estrutura desse Estado, os sistemas econômicos e a manutenção do poder político e econômico possuem uma relação direta com as desigualdades sociais. Em suas valiosas contribuições sobre o tema, Florestan Fernandes (1972), pontua que a estrutura social foi idealizada, moldada e se adapta de forma frequente a fim de agir na manutenção das classes sociais, bem como na permanência dos agentes que se encontram em cada uma delas, mesmo que isso represente fome, ausência de direitos humanos e sociais e falta de qualidade de vida para centenas de milhares de pessoas.

1167

Para o autor, a origem das classes sociais e conseqüentemente a das desigualdades sociais é associada ao desenvolvimento da estrutura social que tinha como objetivo se basear no padrão de civilização ideal vigente: o padrão europeu, branco, rico e nobre. Porém, com pouca frequência esse era o real padrão encontrado, de modo que os homens já tendiam a buscar alterar sua cultura, seus costumes, comportamentos e características físicas para que, de modo submisso e alienado, entrassem dentro desse padrão mesmo que de forma parcial (FERNANDES, 1972).

Dentre as classes sociais brasileiras, a mais marcante é a elite tradicional que - desde os primeiros passos do país enquanto nação - rejeita qualquer tipo de igualdade, sendo ela social, política ou jurídica, valendo-se da ideia de que a manutenção da superioridade de um seletivo grupo, descendentes daqueles que ocupavam esse lugar antes, garante a continuidade de uma sociedade civilizada, nacionalista e conservadora (FERNANDES, 1972).

Mesmo que o Brasil tenha em sua história períodos de grande crescimento econômico e que sejam inegáveis as situações em que as parcelas mais pobres da população puderam ter acesso a bens de consumo e a ambientes em que antes não tinham possibilidade, ainda é desproporcional o crescimento econômico daqueles que já pertenciam às classes sociais mais elevadas da população, o que justifica o crescimento no número de milionários, bilionários e de multinacionais no Brasil. Em um país onde até mesmo as instabilidades econômicas e políticas podem favorecer os mais ricos e afetam de maneira muito mais agressiva aqueles que já possuem dificuldades para sobreviver de maneira plena, compreende-se como a desigualdade social pode se consolidar quase como uma realidade natural e impossível de ser alterada. O caminho para que essas transformações possam ocorrer é a educação, ideia que é defendida de forma integral pelo autor, ou seja, a ideia de que a educação é responsável por transformações sociais significativas (FERNANDES, 1972).

A partir dos ensinamentos de Freire (2004), compreende-se como a autonomia precisa ser uma parte integrante marcante no processo de formação de um sistema educacional emancipador, que tenha como objetivo real a formação de cidadãos conscientes, críticos, questionadores e que possuam o potencial necessário para transformar a sociedade.

Extremamente conhecido por sua trajetória e suas contribuições para a educação no Brasil e para além dela, Paulo Freire, define em contribuições orais que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Em uma de suas obras mais famosas “Pedagogia da Autonomia” (2004), o educador aponta a forma como a educação, desde a sua base, é o caminho para a emancipação da sociedade, problematizando a forma como essa ideia não pode ser abordada apenas no ensino superior, havendo a necessidade de introduzir a mesma desde o primeiro contato desse(a) aluno(a) com uma unidade de ensino, bem como um processo de alfabetização.

1168

Logo, Freire (2004), define que ensinar exige:

- Pesquisa;
- Criticidade;
- Reconhecimento Cultural;
- Respeito;
- Estética e Ética;
- Metodologia;
- Novidade;
- Testemunho;
- Pesquisa.

Apenas aqueles educadores e processos de ensino que atenderem a todas essas exigências, para Freire (2004), podem ser considerados processos educacionais autônomos, progressistas e que visem a emancipação intelectual desse(a) aluno(a) de um sistema falido.

É preciso que ações autônomas sejam incentivadas no ambiente escolar, mas é função dela – através dos conteúdos ministrados em matérias como Sociologia e Filosofia – explicar todo o contexto e todas as consequências das ações que estão disponíveis para escolha.

Entretanto, o processo de demonização das ciências humanas que seguem ocorrendo no Brasil, motivadas, principalmente, pelo retorno de ideologias conservadoras e de posicionamentos anticientíficos vem reduzindo tais matérias. A História, Geografia, Sociologia e Filosofia eram obrigatórias na grade escolar curricular apenas nas fases correspondentes ao ensino médio. Ainda assim, aquela especificação já trazia grandes malefícios para o ensino das matérias que compreendem essa área. Isso porque o(a) aluno(a) costuma chegar ao ensino médio com muitas ideias fixas, ideologias prontas e verdades consideradas absolutas por eles. Todas essas ideias derivam de conhecimentos, vivências e influências adquiridas durante todos os anos anteriores de sua formação, não só acadêmica como também pessoal.

Porém, por meio da Reforma da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), gerando o chamado Novo Ensino Médio, o ensino das humanidades tende a ficar ainda mais prejudicados e ameaçados. Isso porque a diretriz mais marcante desse novo formato é a “flexibilização do currículo”, ou seja, a retirada da obrigatoriedade das matérias de uma determinada área de estudo, sendo Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Sociais e Humanas, ao passo que apenas as Linguagens e a Matemática seguem sendo obrigatórias. O tempo retirado de algumas dessas áreas será revertido em ensino técnico, ofertado na unidade escolar e dentro do ensino regular (SANTOS; MARTINS, 2021). O que, como bem foi supracitado no presente trabalho, compreende na completa retomada de um sistema de educação declaradamente focado em formar mão de obra qualificada e reduzir a capacidade crítica e a autonomia desses(as) alunos(as).

O educador Freire (2004), discorre sobre a forma como a educação é um dos principais pilares sociais. No que se refere aos elementos teóricos que precisam ser abordados na construção de uma educação autônoma, Freire (2004), pontua, sobretudo: liberdade, autoridade, autoconhecimento, amadurecimento e pensamento crítico. Apenas com a união desses fatores, sendo as mesmas pautas constantes na formação acadêmica e pessoal dos(as)

estudantes, seria possível formar um(a) cidadão(ã) capaz de ser o(a) principal autor(a) de seu conhecimento e da sua educação.

Compreende-se então, como a autonomia precisa ser uma parte integrante marcante no processo de formação de um sistema educacional emancipador, que tenha como objetivo real a formação de cidadãos conscientes, críticos, questionadores e que possuam o potencial necessário para conduzir a sociedade da qual fazem parte.

2.1 Estado e o sistema educacional para Gramsci

Em busca de fundamentar essa relação entre o Estado e o sistema educacional, Gramsci (1982), em suas contribuições enfatiza que em uma sociedade de não classes não é possível à existência real de indivíduos que, enquanto intelectuais, possam ter autonomia completa perante a sociedade da qual fazem parte. Para o autor, todos os indivíduos fazem parte de um grupo social essencial que contribui para a produção da história real e vida em todas as esferas da sociedade, no que se refere à política, a economia e a sociedade. Essa reflexão gera a ideia dos chamados intelectuais orgânicos, que podem ser definidos como aqueles intelectuais que não se desprendem das classes sociais às quais pertenciam desde o seu nascimento.

1170

O filósofo Gramsci define essa questão por meio de uma exemplificação das relações de domínio construídas entre os intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos:

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1982, p. 07).

Na visão de Gramsci (1982), todos são intelectuais, mas nem todos desempenham as funções de um intelectual. Em outras palavras, o que distingue os intelectuais dos não intelectuais é a diferença no peso das atividades físicas ou acadêmicas na vida de cada pessoa. O desafio de criar um novo nível de conhecimento consiste em expor criticamente as atividades intelectuais de cada indivíduo em um determinado nível de desenvolvimento histórico da produtividade, a fim de formar uma visão de mundo nova e completa. O comportamento desse novo intelectual não reside na eloquência superficial das emoções,

mas na subsequente participação na vida real, na relação orgânica com a classe que a produziu e na garantia de consenso social em seu campo.

O pensador, Gramsci (1982), é o responsável por trazer à tona um conceito fundamental para a discussão - a hegemonia cultural. Esse conceito faz referência a um importante fenômeno que ocorre por meio da dominação ideológica de uma parcela da sociedade (geralmente da burguesia) sob outra (geralmente o proletariado). É justamente por meio de um conjunto de iniciativas com esse objetivo que a burguesia é capaz de impor seus interesses e desejos sobre aqueles que pertencem às classes sociais mais baixas, bem como operam no processo de manutenção do seu poder sobre os mesmos. Um clássico exemplo desse processo pode ser observado por meio da análise da historiografia comumente aceita até poucos anos, onde se podia encontrar uma clara posição eurocêntrica e um favorecimento claro dos indivíduos que pertenciam à elite.

Ao elaborar esse conceito, Gramsci (1982), contribui de forma significativa para a História e para a Sociologia, uma vez que demonstra a forma como não é apenas por meio da força e nem tão pouco da ideia de conformidade que a classe trabalhadora é dominada pelo Estado, mas principalmente por ações menos agressivas e muito mais frequentes, que passam até mesmo a não serem mais notadas, de dominação ideológica e cultural, gerando a alienação.

1171

Nessa visão, o autor pontua que são justamente a escola e os espaços educacionais que possuem potencial para promover a formação de todos os tipos de intelectuais de uma sociedade, processo que deve ocorrer por meio do desenvolvimento e da significativa expansão dos conhecimentos ministrados nessas escolas, tendo como exemplo a sociedade burguesa moderna e sua alarmante formação de intelectuais que para Marx não são um sinal de evolução, uma vez que se formam e tendem a repetir as ideologias de um sistema capitalista (GRAMSCI, 1982).

É importante citar ainda que, além de toda a formulação dos pensamentos e conceitos, o diferencial de Gramsci, enquanto pensador, pode ser visualizado na sua obra “Cadernos do Cárcere”, onde afirma que o futuro dependeria de uma revolução estrutural contra o *status quo*, que deveria ser feita com menos idealismo e imediatismo e mais organização, paciência e combate estruturado, resultando em um processo linear e flexível que ocasionaria mudanças pontuais e significativas em longo prazo (GRAMSCI, 2006).

A instabilidade econômica e a desvalorização da educação no Brasil contribuem para o aumento de estudantes que precisam conciliar os estudos com um emprego formal,

informal e ainda com as demais necessidades pessoais que se relacionam com a manutenção de um lar, dos vínculos sociais e da saúde física e mental.

A falta de oportunidade no meio acadêmico e também profissional, que acomete aqueles que derivam de famílias de classe média baixa e pobres, influencia na alienação que define esse indivíduo como uma ferramenta que deve ser moldada para atender ao ideal de “jovem trabalhador”, ou seja, preparado para dedicar sua vida a venda de sua força de trabalho por uma quantidade limitada de capital que não é capaz de viabilizar nenhum tipo de ascensão social ou acesso a qualidade de vida elevada (GRAMSCI, 1982).

Para Stallivieri (2017), o maior desafio para a educação em países latino-americanos é proporcionar a aprendizagem e uma fonte de renda que não atrapalhe ou inviabilize os estudos. Em países onde uma boa parte da população pertence às classes mais baixas e até mesmo miseráveis, o emprego acaba se tornando uma fonte de sobrevivência, enquanto a educação acaba sendo tratada como luxo.

Até mesmo o meio corporativo passa a defender o investimento no capital humano, ou seja, preparar e capacitar funcionários para que assim a empresa consiga melhorar seus resultados. Essa onda em defesa da educação fez com que os países da América Latina atingissem altos níveis de ingresso no ensino superior, principalmente na última década (STALLIVIERI, 2017).

1172

2.2 Educação para Emancipação ou Conformação do Capitalismo

O filósofo marxista IstvánMészáros (2005), associa a ideia de emancipação humana de Marx com a forma como a educação moderna se transformou. Para o autor, a compreensão dos impactos que o capitalismo possui na educação deve ser compreendida por meio do conceito de doutrinação e internalização. A doutrinação tem relação direta com a forma como o capitalismo é bem-sucedido em transformar indivíduos em massa de manobra por meio da alienação proposta pela dominação dos grandes veículos de comunicação, bem como a propagação de ideias favoráveis a esse sistema também dentro das salas de aula. Enquanto a internalização é definida como: “À “legitimação constitucional democrática”, do Estado capitalista que defende seus próprios interesses” (MÉSZÁROS, 2005, p. 61).

Mészáros (2005), é claro em defender uma das suas principais ideias: é impossível que a educação seja transformada caso o tecido social não siga pelo mesmo caminho. Ou seja, a educação, na qualidade de uma manifestação social, não é passível de mudanças significativas caso a sociedade, em sua estrutura, também não passe por alterações reais e

práticas. Ainda, descreve que essas alterações sociais que são realizadas, sobretudo por parte do Estado e das classes dominadoras, que visam a resolução de problemáticas sociais que afetam diretamente os mesmos, como a criminalidade, uso de drogas, manifestações de liberdade e outras, não podem ser associadas a alterações válidas que promovam revoluções estruturais.

Bem como, os demais estudiosos que aqui foram apresentados, Mészáros (2005), também associa as problemáticas educacionais a ação que o capital exerce nas sociedades. O autor explica que o capitalismo, além de seus efeitos mais marcantes, também gera uma ideia centralizada do objetivo que todo jovem deve possuir que não é o estudo, o desenvolvimento do senso crítico ou a emancipação, mas sim, a obtenção e o acúmulo desse capital que vai viabilizar a obtenção de bens materiais, ou seja, a conformação do modelo de consumo das sociedades neoliberais:

[...] Romper com a lógica do capital na área de educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente (MÉSZÁROS, 2005, p. 47).

Logo, é preciso compreender a forma como o filósofo, Mészáros (2005), estabelece uma relação direta entre um sistema educacional emancipador e o rompimento da lógica capital que age sobre esse trabalhador desde a sua infância. Sendo assim, o inverso disso, ou seja, uma educação submissa ao capital, é um sistema educacional de conservação que age em prol da formação de novos cidadãos que vão estar aptos a seguir o sistema já formado sem grandes questionamentos e sem a realização de revoluções.

Para Mészáros (2005), a educação institucional possui uma abordagem extremamente elitista, uma vez que não reconhece e nem tão pouco se adequa às necessidades tão latentes daqueles(as) alunos(a) que derivam das classes sociais mais pobres da sociedade. Existe, de forma analítica, uma clara divisão entre a formação dada aqueles(as) alunos(as) que pertencem a nata da sociedade e aqueles(as) que não. Isso é, um desses sistemas de ensino é destinado a formar doutores, célebres pensadores e os sucessores do sistema de poder que já é vigente, enquanto os demais, a maioria, é formado para ser massa de manobra do grupo anteriormente citado e para agirem como proletários por toda a sua vida. Em grande e intenso desacordo com essa ideia, Mészáros, define que:

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2005, p. 65).

Dessa forma, o intelectual marxista chama atenção para a forma como o sistema educacional, quando tem por objetivo formar cidadãos emancipados, age em dois pontos extremamente importantes para a sociedade: conscientização e autonomia. Ou seja, é por meio da educação integral e emancipatória que seria possível formar alunos(as) conscientes e é justamente por meio dessa consciência que esses alunos(as) podem buscar pela liberdade que tende a vir junto com posturas autônomas.

2.3 Educação para o mercado *versus* educação emancipatória

Porém, muitas nuances devem ser ainda discutidas dentro dessa relação complexa e contraditória entre o sistema educacional e a sociedade capitalista. Frigotto (2000), diferencia a educação exercida com o objetivo de preparar o(a) aluno(a) para o mercado de trabalho e a educação com o objetivo de emancipar esse(a) aluno(a), de forma real e significativa. É justamente a influência do capitalismo que fomenta a ideia de que a escola não é um espaço para criar cidadãos autônomos, críticos, intelectuais e empáticos, mas sim, bons funcionários que possam conseguir trocar sua força de trabalho por retorno financeiro, sem realizar críticas ou reflexões sobre as ações que tomam, bem como que passam com facilidade pelo processo de alienação proposto por essa sociedade.

1174

Vasconcelos (2010), contribui para a presente discussão colocando a importância que Políticas Públicas Sociais e Programas de Assistência Estudantil possuem para o processo de democratização do acesso ao Ensino Superior, principalmente em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil. Para darmos início ao entendimento do que é uma política pública, primeiro é preciso pontuar que as políticas públicas foram derivadas da política, ambas ligadas diretamente ao poder social, na busca de soluções dos problemas públicos específicos. Explicam Dias e Matos:

[...] Deve ser levado em consideração que tanto a política como as políticas públicas estão relacionadas com o poder social. Mas enquanto a política é um conceito amplo, relacionado com o poder de modo geral, as políticas correspondem a soluções específicas de como manejar os assuntos públicos (DIAS; MATOS, 2015, p. 2).

Desse modo para uma política pública ser posta em prática pelo Estado, deve tratar de um problema necessariamente público, que abranja não só um problema pessoal, mas sim de toda a coletividade, conforme explicam Dias e Matos:

O primeiro passo para se discutir política pública é compreender o conceito de “público”. As esferas que são rotuladas como públicas são aquelas que estão em oposição a outras que envolvem a ideia de “privado”. O público compreende aquele domínio da atividade humana que é considerado necessário para intervenção

governamental ou para a ação comum. O conceito de política pública pressupõe que há uma área ou domínio de vida que não é privada ou somente individual, mas que existe em comum com outros (DIAS; MATOS, 2015, p. 11).

Uma política pública tem a função de regularizar certos problemas da sociedade, é uma demanda em que o Estado é seu principal gestor, cabendo a ele a obrigação de regularizar os problemas e promover soluções para as demandas sociais. Segundo Dias Matos:

[...] O governo é o principal gestor dos recursos e quem garante a ordem e a segurança providas pelo Estado. Assim, o governo é obrigado a atender e resolver problemas e levar adiante o processo de planejamento, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas que sejam necessárias ao cumprimento dessa função que lhe delegou a sociedade (DIAS; MATOS, 2015, p. 11).

O objetivo de uma política pública é trazer a paz para o convívio social regularizando através dela um problema coletivo, para assim se ter melhores condições de vida. É imprescindível que o Estado adote políticas públicas capazes de suprir as necessidades, sociais, físicas e psicológicas de todos os cidadãos, incluindo aqueles que são estudantes ou estão em processo de entrada em uma instituição de ensino superior, sobretudo aquelas que são públicas. Tal realidade se deve ao fato de que o acesso a educação, gratuita e de qualidade, é uma obrigação do Estado que deve garantir o acesso da sua população a educação não apenas básica como também em nível superior, sem que haja distinção de nenhuma natureza, incluindo a social.

1175

Para entender a forma como esse sistema afeta os(as) estudantes no Brasil atual, alguns apontamentos são necessários. Segundo os últimos dados divulgados pelo Datafolha no ano de 2020, cerca de 50% dos brasileiros tiveram uma redução significativa em sua renda pela perpetuação da pandemia do COVID-19 e a instabilidade política, econômica e social pela qual o Brasil passa. A pesquisa aponta ainda que essa redução, próxima dos 50%, é muito maior naquelas famílias que possuíam uma renda familiar de até dois salários-mínimos, ou seja, que pertencem às classes D e E.

Os assalariados sem registro em carteira foram os mais afetados (61%), seguidos pelos donos de pequenas empresas (56%) e os autônomos (54%). O índice de desemprego nesse período aumentou de 4% para 12% apenas durante a pandemia, além de um aumento de 3% na parcela de pessoas que não estavam, mas que agora precisam procurar um emprego para ter uma fonte de renda adicional no orçamento familiar.

Desse modo, compreende-se o impacto dessa questão e a presença das classes C, D e E nos programas de políticas assistenciais estudantis em massa, uma vez que a instabilidade

econômica e a redução das fontes de renda impacta diretamente no acesso das pessoas ao sistema de Educação, isso porque mesmo que ele seja gratuito em sua essência, ainda conta com uma série de custos para ser viabilizado de maneira prática: alimentação, transporte, material didático, material de papelaria, trabalhos acadêmicos, pesquisas externas e outros. Todos esses gastos precisam, quando o aluno não possui nenhum tipo de assistência estudantil, serem pagos por ele mesmo e pela sua família.

CONCLUSÃO

A criação de uma política de AE no Brasil resultou em muitas concepções diferentes de assistência estudantil. Os múltiplos contextos sociais, políticos e acadêmicos moldaram a criação dessas ideias, o que significa que nenhuma ideia poderia ser aceita pelo público. A assistência estudantil é definida de várias maneiras pelos argumentos que se desenvolvem em torno dela. Essas diferentes visões trabalham para criticar umas às outras para criar uma solução perfeita para o papel de auxílio estudantil. Essas visões são muitas vezes desafiadas pela criação de um público mais inclusivo ou seletivo. Isso pode ser feito por meio de métodos de generalização crescente ou foco estreito.

Alternativamente, considerar um grupo como economicamente vulnerável leva ao desenvolvimento de abordagens mais restritas focadas nas necessidades básicas. Isso pode levar a uma liderança mais centralizada, com responsabilidade limitada dos pró-reitores. Alternativamente, o sistema educacional pode ser mais aberto à participação da comunidade acadêmica de forma mais democrática. Essas diferentes visões oferecem uma ampla gama de teorias educacionais por meio de movimentos políticos e ideológicos distintos. Essas teorias estabelecem as bases para as políticas educacionais das escolas e a educação alternativa. Em outras palavras, eles formam as bases para múltiplas teorias e ideologias educacionais.

Como resultado, esses debates políticos em andamento criam pares opostos. Conseqüentemente, essa batalha intelectual entre conceitos define o debate sobre a Evolução Educacional. Muitas ideias e objetivos políticos emergem desse processo devido às diversas perspectivas de seus participantes. Isso leva à criação de uma política específica para o ensino superior, bem como à sua implementação literal no âmbito das instituições de ensino superior. Estudantes, autoridades estaduais e gerentes do IFE influenciam essa decisão. E por isso é importante que as pessoas entendam o novo clima político e econômico criado pelo Governo Provisório.

Esta é uma etapa crítica na luta permanente pela promoção de políticas estaduais de educação. O sucesso desse movimento depende do sucesso contínuo da resistência da UNE e do Fonaprace contra novas medidas opressivas. Grupos subversivos como UNE e Fonaprace devem continuar lutando para preservar o Programa Pnaes da interferência do governo. Esses esforços também garantem que a AE não seja revogada como uma iniciativa democrática vital e não caia na obscuridade. A Política de Estabelecimento Estudantil de uma faculdade ou universidade deve levar em consideração as necessidades dos alunos como um todo em relação à lei social. Além disso, deve promover ideais democráticos ao criar a política. Isso ocorre porque esses princípios são os que melhor atendem aos alunos e suas necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2009.

DATAFOLHA. **Quase a metade dos brasileiros viu renda familiar diminuir na pandemia**. Instituto de Pesquisa Datafolha. São Paulo, ago. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/quase-a-metade-dos-brasileiros-viu-renda-familiar-diminuir-na-pandemia-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2022.

1177

DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. Editora Atlas, Curitiba, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anca/MST, 2004. 143 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982.

MARTINS, Luciana Paula de Freitas Coêlho. **A Política de Assistência ao Educando do IFMA: Uma Avaliação Política da Política**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Franciele Soares dos; MARTINS, Suely Aparecida. Novo Ensino Médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-27, 2021.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas**. Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais da UCS – Universidade de Caxias do Sul. Rio Grande do Sul, 2017. p. 1-22.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-vista**, 2010.